

A Escola Nova no interior do Ceará: desafios enfrentados pela reforma de Lourenço Filho na cidade de Sobral

The New School in the interior of Ceará: challenges faced by the reform of Lourenço Filho in the city of Sobral

Amanda Teixeira da Silva
Doutora em História
Universidade Federal do Ceará
amanda.teixeira@ufca.edu.br

Recebido em: 09/07/2019

Aprovado em: 06/08/2019

Resumo: O governador Justiniano Serpa empreendeu, em 1922, uma grande reforma na educação do estado do Ceará. Lourenço Filho, pedagogo paulista que futuramente viria a ser um dos signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, foi o responsável intelectual pela chamada *Reforma Serpa*, que pretendia, ao mesmo tempo, democratizar o acesso à educação primária e implementar um novo método de ensino no estado. O propósito deste trabalho é investigar os discursos e práticas em torno da implementação da reforma no município de Sobral, situado na região norte do Ceará, entre 1922 e 1932. Tomando como base artigos publicados em jornais locais naquele período, discute-se aqui a recepção dos ideais escolanovistas no interior do estado do Ceará, bem como os problemas de ordem política que, ao longo de dez anos, constituíram obstáculos para a prática do ensino ativo.

Palavras-chave: Escola Nova; Lourenço Filho; Sobral.

Abstract: Justiniano Serpa, governor of the state of Ceará, undertook, in 1922, a reform in the education of the state. The pedagogue from São Paulo, Lourenço Filho, who would later become one of the signatories of the “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, was the intellectual responsible for the so-called *Reforma Serpa*, which sought at the same time to democratize access to primary education and implement a new method of teaching in the state. The purpose of this work is to investigate the discourses and practices surrounding the implementation of the reform in the municipality of Sobral, located in the northern region of Ceará, between 1922 and 1932. Here we discuss, through local newspapers of that period, the reception of new educational ideals within the state of Ceará, as well as the practical problems that, over ten years, constituted obstacles to the practice of active teaching.

Keywords: New School; Lourenço Filho; Sobral.

Introdução

A reforma da sociedade através da reforma do ensino era uma das intenções do grupo de intelectuais brasileiros que futuramente viria a assinar o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O advento da República e a influência de ideais liberais foram aspectos que possibilitaram o surgimento desse grupo, que se sentia responsável por uma espécie de liderança cultural da nação. Eram, em geral, bacharéis que, apesar de pertencerem às elites – novas ou tradicionais –, faziam uma crítica ao *status quo*. Os reformadores que atuaram na década de 1920, saíram, muitas vezes, diretamente das Escolas Normais para o setor público, passando a interagir intensamente com as forças políticas do período. Esses intelectuais se dispuseram a implantar suas ideias não apenas nas capitais brasileiras, mas também no interior do país. Ganharam terreno principalmente durante o processo de expansão do Estado brasileiro e, conseqüentemente, experimentaram, ao mesmo tempo, o apoio estatal e a tutela política.

A primeira reforma realizada sob os moldes da Escola Nova foi a “Reforma Dória”, em São Paulo. Cabe salientar que Lourenço Filho foi aluno de Sampaio Dória e, ao trabalhar no Ceará, em 1922, certamente levou consigo a influência do reformador paulista. Posteriormente outras reformas foram realizadas: na Bahia, no Rio Grande do Norte, no Paraná, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro. Lourenço Filho, no entanto, foi o primeiro reformador a se lançar fora de seu estado natal.

As oligarquias estavam em declínio na década de 1920. Com o início da industrialização e o fortalecimento da burguesia, algumas ideias liberais passariam a ser úteis para os grupos políticos e econômicos que estavam no poder. Segundo Monarcha, “o clima mental dos anos 1920 pôs em movimento a mística de regeneração dos costumes do governo e do povo” (2009, p. 112). De fato, o fim da República Velha permitiu o surgimento da liderança de Getúlio Vargas, que futuramente incorporaria diversos intelectuais brasileiros ao seu governo, inclusive Lourenço Filho.

Manoel Bergstrom Lourenço Filho, renomado educador brasileiro frequentemente associado à Escola Nova, foi o intelectual responsável por idealizar a reforma educacional do estado do Ceará em 1922. A chamada “Reforma Serpa” ganhou esse título porque Justiniano Serpa, o chefe do executivo estadual naquele momento, foi o responsável pelo empreendimento. O governador, no entanto, faleceu em 1923. A implementação e continuidade da reforma passaram, então, a ser de responsabilidade do sobralense José Moreira da Rocha, eleito governador em 1924.

Lourenço Filho nasceu numa família pobre do interior de São Paulo, tendo se tornado, ainda muito jovem, professor primário. Aos dezenove anos, transferiu-se para a capital do estado

e matriculou-se na Escola Normal Secundária de São Paulo, onde foi aluno de Sampaio Dória. Posteriormente, em 1918, foi admitido na Faculdade de Medicina de São Paulo, tendo abandonado o curso no final do segundo ano. Segundo Hoeller (2014, p. 109), Lourenço Filho manifestava, então, grande interesse por Psiquiatria. É possível que essa afinidade tenha relação com as leituras que o levariam a se tornar, em 1920, professor de Psicologia na Escola Normal de Piracicaba. Cabe ressaltar que Lourenço Filho concluiu o ensino superior somente em 1929, na Faculdade de Direito de São Paulo, a despeito de uma longa interrupção do curso universitário.

No período em que a reforma do ensino público cearense foi iniciada, o Brasil enfrentava altos índices de analfabetismo e não havia, até o momento, a ideia de um currículo comum ou mesmo de uma estrutura da educação básica que constituísse um padrão para todo o país. Embora o Brasil ainda fosse eminentemente rural, a industrialização e a urbanização avançavam. Por um lado, esse movimento fazia entrever a necessidade de desenvolvimento, inclusive no que tangia a educação pública. Por outro, provocava uma preocupação concernente à ideia de adaptar o homem ao seu meio e de incentivar a fixação dos camponeses nas zonas em que habitavam. Nesse contexto, surge uma tentativa de tentar incorporar, no país, novas descobertas do campo da psicologia e de teorias da educação.

Justiniano Serpa era um intelectual e um republicano. Pretendia industrializar, modernizar, civilizar, higienizar – palavras e ações que andavam na ordem do dia – o Ceará. Seu governo foi próspero, em grande parte graças às obras contra as secas, que dinamizaram a economia do estado. Ao buscar indicação de um pedagogo que pudesse reformar o ensino, recebeu como sugestão o nome do jovem professor Lourenço Filho, que prontamente atendeu ao convite, apesar dos conselhos em contrário. Conforme o pedagogo afirmou à *Revista Nacional*, “[...] um dos nossos grandes cientistas [...], antes de nossa partida para o Ceará, em palestra, teve ocasião de lamentar que fossemos empregar esforços numa região que ele dizia ‘impenetrável à escola’ [...]” (LOURENÇO FILHO, 1923, p. 473).

As sementes da Escola Nova no Ceará

As reformas promovidas em vários estados brasileiros naquele período prescreviam, pela primeira vez, a educação universal, leiga e gratuita como uma solução para os problemas nacionais. A Reforma Serpa, através da lei nº. 1.953 de 2 de agosto de 1922, seguia essa tendência, “obrigando à frequência escolar gratuita as crianças analfabetas de 7 a 12 anos” (VIEIRA; FARIAS, 2006, p. 153). Após o trabalho de recenseamento no Ceará, em que se identificou a quantidade de crianças

fora da escola, bem como as distâncias entre elas e os estabelecimentos mais próximos, Lourenço Filho observou que apenas 12% das crianças em idade escolar frequentavam as salas de aula. Após um ano de trabalho, 22% do público estava matriculado. Embora os números ainda pareçam incipientes em comparação aos dados atuais, é preciso considerar que, em relativamente pouco tempo, a reforma promoveu um grande avanço no número de matrículas e na frequência escolar.

Os jornais sobralenses “A Lucta” (progressista, de características liberais), dirigido por Deolindo Barreto Lima, e “A Ordem”, ligado ao Partido Republicano Conservador e dirigido por Craveiro Filho¹, discutiram, ao longo de mais ou menos dez anos, as inovações promovidas pela reforma de Lourenço Filho, levando em consideração, principalmente, o impacto da Escola Nova na cidade de Sobral, bem como as críticas, resistências e dificuldades na implementação desse projeto no local.

A distância entre a capital do Ceará, Fortaleza, e a cidade de Sobral, é de 200km. A cidade é, atualmente, uma das maiores economias do estado, se configurando como polo para a região Norte do Ceará. Possui, além disso, altos índices no campo da educação pública. Sobral surgiu como vila no século XVIII, transformando-se em cidade em meados do século XIX. Em 1922, possuía 39.003 habitantes, sendo a segunda cidade mais populosa do Ceará, e 28% das crianças em idade escolar se encontravam matriculadas.² A reforma chegou ali, como no restante do estado, em agosto daquele ano, quando o coronel Henrique Rodrigues de Albuquerque estava à frente da prefeitura. O primeiro passo de Lourenço Filho foi qualificar os professores, através de cursos realizados na Escola Modelo de Fortaleza, bem como cursos de férias destinados aos educadores do interior. Além disso, os professores da rede estadual passaram a ser contratados por concurso, admitindo-se docentes interinos somente quando não houvesse candidatos aptos.

Nos periódicos locais, mesmo os articulistas mais desconfiados acreditavam que a reforma seria um evento de grande envergadura, com potencial transformador. Provavelmente o fato de Lourenço Filho – um técnico vindo de outra região – estar à frente da reforma foi importante para que ela fosse bem recebida, dirimindo os temores de que fosse apenas um empreendimento politiquês sem grandes consequências:

¹ Craveiro Filho era irmão do principal responsável técnico pela implantação da reforma escolar no interior do estado, Newton Craveiro.

² A título de comparação, Juazeiro do Norte, outra cidade de destaque regional, possuía então 22.077 habitantes e somente 6% das crianças frequentavam escolas. A capital do estado, Fortaleza, possuía então 98.235 habitantes. Dados disponíveis em: ESTATÍSTICA Geral do Ensino em 1922. **Revista Nacional**. São Paulo, n. 7, p. 468, 1923.

O grande acontecimento da atualidade é a remodelação da instrução primária, mas o que se compreende agora não é a teatralização de uma reforma, reforma de papelório, mas sim uma remodelação real, profícua, visceral, que afetará desde a base, toda a velha e carunchosa instrução primaria do Estado [...]. Na Escola Normal do Ceará e no Curso Particular que fundou nesta capital para professores e todos que quisessem aperfeiçoar seus estudos da arte de ensinar, o insigne professor tem infundido em nosso meio o sopro das ideias novas [...]. A 3 do corrente foi instalada a Diretoria Geral da Instrução Pública, à testa da qual se acha atualmente o professor B. Lourenço Filho com poderes discricionários para reformar o ensino e agir, sem as peias da politicagem, em tudo que respeita à matéria de seu cargo [...]. O Professor Lourenço Filho proibiu nas escolas o uso de qualquer livro a não ser o de leitura [...]. (O ENSINO..., 1922, p.1)

Sobral, certamente, não foi a única cidade impactada. Lourenço Filho percorreu várias localidades do interior cearense com o objetivo de efetivar o cadastro escolar. Do norte ao sul do estado – passando pela cidade de Juazeiro, que lhe inspirou o livro *Juazeiro do Padre Cícero* –, o educador paulista implementou suas ideias. É importante ressaltar a experiência de Sobral, no entanto, pelo fato de o governador e um dos principais assistentes de Lourenço Filho, Newton Craveiro, serem, ambos, sobralenses, o que poderia fazer da cidade uma espécie de vitrine da educação pública.

Tomando como ponto de partida os pressupostos da Escola Nova, profundamente inspirados por John Dewey e pela ideia de aprendizagem ativa, Lourenço Filho levava, ao interior do Brasil, propostas consideradas, no mínimo, inusitadas, como a abolição dos livros didáticos em todas as matérias (sendo mantidos somente aqueles destinados ao estudo da língua portuguesa). Apesar da desconfiança inicial gerada por inovações como esta, a reforma tinha obstinados defensores:

Sou dos que pensam não ser totalmente certo o prolóquio de que “abrir escolas é fechar cadeias”. Penso mesmo que a instrução de carta de “A.B.C” nenhuma influência tem sobre a mentalidade de um povo e conseqüentemente em seu progresso. Mas a instrução sob o método do professor Lourenço Filho, a instrução a que penso poder denominar educação do espírito, a instrução em que o aluno tende a tornar-se mestre de si mesmo, a instrução que, se o modo por que é feita e aplicada não for segura garantia da sua eficiência e produtiva influencia no desenvolvimento do povo, está aí para responder a quaisquer objeções que contra ela se levantem o exemplo material palpável e observável por todos, do progresso imenso de São Paulo, que sendo materialmente inferior a Minas, lhe é superior em tudo mais, fato este que não se pode deixar de estabelecer como determinante dessa superioridade a sua instrução com seus métodos especiais, que ora tentamos copiar. (GONDIM, 1922, p.1)

O articulista acreditava que a cidade de Sobral, ao copiar o modelo de educação implementado em São Paulo através da Reforma Dória, provavelmente se beneficiaria de uma onda

de desenvolvimento, como havia ocorrido com os paulistas. Levava em conta, ainda, a importância do método ativo para tornar os estudantes independentes e autônomos na construção do próprio conhecimento. Respondia, assim, de antemão, a críticas que provavelmente viriam a ser feitas sobre o novo método de ensino, ao mesmo tempo em que reforçava a ideia de intelectuais paulistas que viam Lourenço Filho e outros reformadores como membros de uma “missão de professores bandeirantes, reeditando no século XX, sob novos moldes, as façanhas do bandeirismo do século XVI” (OLIVEIRA, 1938, p.5).

A Escola Nova em Sobral

Logo no início, no entanto, surgiram empecilhos de ordem prática à reforma. O jornal *A Ordem* noticiava, em setembro de 1922, que a proposta de criação de uma escola modelo na cidade, onde o professorado pudesse estudar os novos métodos, dependeria da existência de um edifício próprio, que pudesse ser utilizado para este objetivo, e que deveria ser custeado pelo município “[...] mas que falando sobre o assunto ao snr. Prefeito este lhe dissera não poder o município assumir esse compromisso. Em vista disso confiava na iniciativa particular a solução de tão momentoso problema a exemplo do que se tem praticado no estado paulista” (ASSUNTO..., 1922, p.1). Assim, a formação contínua dos professores era prejudicada, com a municipalidade atribuindo sua responsabilidade à iniciativa benemérita de particulares que porventura se interessassem pela questão. A solução encontrada foi a reorganização do “grupo escolar Antonio Ibiapina”, que serviria, a curto prazo, a este propósito, condensando diversas turmas escolares e servindo também de espaço para a formação de professores. Por outro lado, no início de 1923, o governo estadual fazia seu esforço, enviando o material necessário para que se efetivassem transformações didáticas nas escolas primárias de Sobral: “[...] coleção de cartografias para o ensino analítico e aritmética prática, tabuleiros, contadores mecânicos, sólidos para o estudo de geometria, coleções de pesos, medida, moedas, etc. [...]”. Além disso, o inspetor escolar Newton Craveiro ofertaria, no mesmo período, um curso breve de “psicologia, pedagogia e didática, tendo as lições demonstradas tecnicamente nas próprias classes do grupo escolar” (A REFORMA..., 1923, p.1). Em 1923 também foram abertas novas escolas e reabertas instituições de ensino que se encontravam fechadas. O aumento do número de vagas para estudantes de 7 a 12 anos era essencial para que se concretizasse um dos principais objetivos da Escola Nova: a democratização do acesso à educação primária.

Segundo o Regulamento da Instrução Pública de 1922, “nos grupos escolares existentes e nos que se criarem será estabelecido, o regime da disciplina e o método de ensino da Escola Modelo, anexa à Escola Normal, sendo os alunos divididos em classes, de 50, no máximo” (VIEIRA; FARIAS, 2006, p. 171). É importante destacar que, na tentativa de incrementar o número de alunos matriculados, era incluída a possibilidade de salas de aula com meia centena de alunos. Isso, claramente, seria mais adequado a uma educação bancária que a um ensino ativo, em que a disciplina é flexibilizada e os alunos devem ser acompanhados de perto pelos professores.

Apesar da ampliação do número de vagas ofertadas, o acesso ao ensino primário, no entanto, ainda enfrentava dificuldades referentes às condições sociais do público-alvo de tais estabelecimentos. Como solução, elaborou-se a ideia de criar uma “Brigada da instrução”, que teria o objetivo de matricular crianças pobres e distribuir materiais necessários para que permanecessem nas escolas:

Nos bairros sobralenses onde há maior número de analfabetos, foram criados postos avançados, dirigidos por homens inteligentes, esforçados, patrióticos, conceituados, cheios de boa vontade, que, compreendendo a importância da instrução primária, guiam os meninos para o Grupo, os matriculam e, por seu intermédio, faz a diretoria deste estabelecimento, entre as crianças pobres, distribuições de roupas, livros, etc. No Grupo, distribuem merendas para as crianças pobres. (A BRIGADA..., 1923, p.1)

O poder executivo estadual, portanto, não se considerava responsável pela segurança alimentar e pelas condições de permanência de tais estudantes. Seu papel era treinar os professores e oferecer material didático. O governo municipal, por sua vez, deveria ser responsável pela folha de pagamento dos educadores, bem como pela manutenção das escolas. Restava aos “homens inteligentes, esforçados, patrióticos” a tarefa da assistência social. O jornal *A Ordem*, por exemplo, lançava um apelo aos cidadãos da cidade para que doassem objetos úteis ao ensino primário. A ideia era construir um museu escolar, pois “[...] conforme os princípios da nova reforma, toda lição é uma lição de coisas, com coisas e pelas coisas. As lições, por conseqüências, devem ser dadas sempre em presença dos objetos de que ela trata (objetos reais quando possível, ou figurados)” (UM APELLO..., 1923, p.2).

Outros municípios do interior do Ceará, no entanto, levaram a reforma a sério, cumprindo de maneira mais eficiente seu papel. Em Crateús, a prefeitura alugou um edifício que serviria como escola-modelo até que o próprio prédio “que terá um porão, e será todo assoalhado com madeira do Pará, constará de 6 salões para classes, saletas para a diretoria, uma vasta área central para recreio e exercícios de ginástica, trabalhos de jardinagem”, ficasse pronto. Cedeu, além disso, um técnico

responsável pela limpeza da escola, além de “livros, papel, lápis para crianças pobres; material pedagógico como cavaletes para coleções de linguagem, tabuleiros de areia, tabuinhas etc.” Apesar desse esforço, Newton Craveiro, no discurso de inauguração da instituição, lembrou que em torno de 50% da população em idade escolar não se matriculara:

“Mas ah!, senhores – faz o orador como lembrando de uma coisa – vendo agora estas criancinhas, alegres, cheias de rendas e fitas, vem-me à lembrança muitas outras criancinhas que não puderam vir a esta festa, que não puderam mesmo matricular-se no Grupo. Crateús tem 700 crianças em idade escolar e destas, apenas 350 frequentam as escolas. As outras, a metade estão privadas de instrução. Faltam-lhes roupas, calçados, faltam-lhe recursos para comprar os objetos escolares que a frequência à escola exige, faltam-lhe, às vezes, senhores, até o pão”. (GRUPO..., 1923, p.4)

Em entrevista concedida em 1924 ao jornal *A Ordem*, Newton Craveiro fez uma avaliação da reforma após dois anos de seu andamento. Nesse balanço, lembrou ter realizado trabalhos administrativos e técnicos, introduzindo “novas práticas escolares como a leitura analítica, a aritmética concreta, a geografia figurada, ensino intuitivo das ciências físico-naturais, etc.” Além disso, afirmava que as crianças sobralenses passaram a se dedicar às atividades físicas e artísticas: “a ginástica sueca, [...], os trabalhos manuais, o desenho do material, a geometria, o canto, etc.” Por fim, criara museus, bibliotecas escolares, festas, exposições, jogos esportivos. Havia, no entanto, problemas que persistiam:

Enquanto os nossos estabelecimentos de ensino funcionarem como o Grupo Escolar de Sobral, sem áreas ao ar livre para recreio, ginástica e jogos esportivos, sem salões vastos e bem iluminados, sem sentinas, a reforma dos processos de ensino, a reforma técnica, propriamente dita, jamais será aquilo que aspiramos [...]. O meu trabalho não foi somente o modificar o estado mental do professorado. Tive, sobretudo, a necessidade de enfrentar, sozinho, o público todo que, refratário a inovações, reagiu decididamente contra a Reforma [...]. O que desejo significar à imprensa, depois de 17 meses de trabalho pela alfabetização, [é] que apesar das desigualdades de forças neste conflito, as escolas públicas atravessam atualmente um período de franca transição. Consegui desacreditar a rotina e fazer desabrochar no espírito público as primeiras esperanças no resultado das modernas normas escolares introduzidas. (A REFORMA..., 1924, p. s.n.)

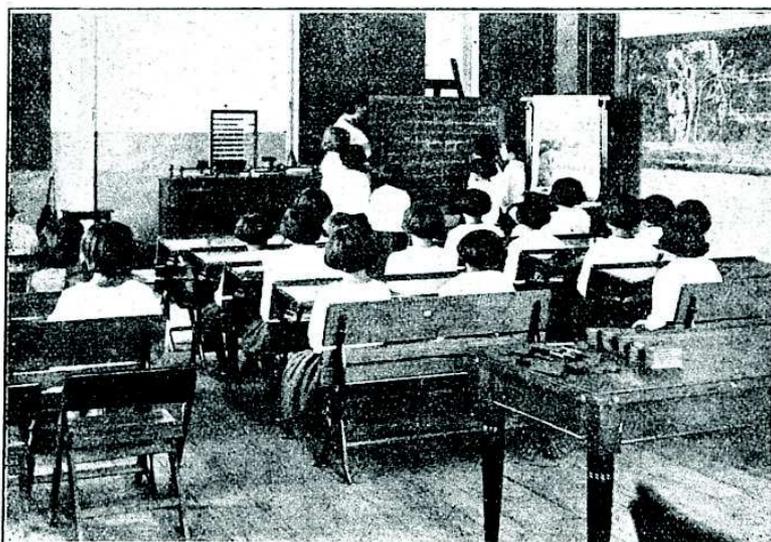
Apesar das dificuldades, encontradas de maneira frequente em cidades pobres do Ceará, a reforma foi implantada e, rapidamente, os novos métodos passaram a intrigar as famílias das crianças matriculadas, bem como a população em geral. Em 1924 persistia ainda, na imprensa local, o entusiasmo inicial, que defendia a Escola Nova e seus métodos. Entre a população “leiga”, no entanto, críticas aos tais novos métodos eram recorrentes. Segundo Craveiro, entre as muitas inovações implementadas até ali, a leitura analítica foi a prática que mais sofreu condenações:

Censuras, murmurações, reclamações, invectivas, uma verdadeira campanha de reação. Havia três classes principais de reacionários: 1. “A dos refletidos”, que vinham ao Grupo para ver como se ensinava e pedir-nos explicações a respeito do novo sistema. Eram mães de família zelosas pela educação dos filhos [...]. 2. A “dos caturras”, que se recusavam a aceitar o nosso convite de vir ao Grupo, e que nem ao menos queriam conversas conosco. Todavia, mandavam-nos recados. Que se ensinasse o A.B.C ao seu filho, que o seu menino lia por cima, mas não conhecia uma letra, que se isso continuasse assim o seu Juca ou a sua Mariquinhas não voltaria mais à escola. Às vezes, os recados continham desaforos e eram de fazer perder a paciência. Que nessa escola nada se aprendia, que esse ensino era uma “vadiação”, que a professoras não queriam ensinar, etc., etc. Eram pessoas, em geral, ignorantes, endurecidas na rotina, almas fechadas, ferrenhos inimigos do progresso. 3. “A dos difamadores”, que não vinham ao Grupo, que não nos queriam ouvir, que nos mandaram recados, por espírito inato da maledicência, outros porque tinham interesse imediato na campanha, todos ignorantes, se congraçavam inutilmente para embarçar a realização do nosso objetivo. (CRAVEIRO, 1924, p.1)

Segundo Newton Craveiro, encontravam-se, na terceira categoria, os mais importantes concorrentes das escolas públicas, os proprietários de pequenas (e baratas) instituições de ensino particulares da região: “Queremos nos referir a essas escolas de inferior categoria que o povo, na sua linguagem pitoresca, deu o nome de ‘bodeguinhas’ [...] dessas onde a rotina assentou o seu solo, onde a palmatoria e a tabuada mutilam a mentalidade da infância sobralense”. Newton Craveiro eximia dessa culpa, no entanto, as escolas mais requintadas e consolidadas, “estabelecimentos vantajosamente organizados e que como nós se esforçam sempre no sentido do melhoramento dos processos didáticos”. Lembrava, ainda, a diferença já visível entre crianças alfabetizadas pelo método sintético e aquelas que foram alfabetizadas após a reforma: “As crianças que alfabetizamos oferecem verdadeiro contraste com os alfabetizados pela soletração. São vivas e espirituosas, dão respostas claras e prontas, não lhe falta o espírito de iniciativa nem o sentimento da liberdade.” (CRAVEIRO, 1924, p.1).

A leitura analítica já era praticada no Brasil desde o final do século XIX (MORTATTI, 2010, p.330) e seria um dos aspectos da “aprendizagem autêntica” preconizada por estudiosos norte-americanos. Segundo este método, as crianças partiam do contato com palavras do uso cotidiano para, posteriormente, decodificá-las; era o contrário do que ocorria na alfabetização tradicional, em que os estudantes partiam da abstração (letras, sílabas) para formar palavras e frases muitas vezes distantes da vida prática e, por vezes, destituídas de sentido. A Escola Nova incorporou este método, embora em São Paulo, por exemplo, se tenha assegurado aos professores certa autonomia didática que permitia, mesmo após a Reforma Dória, a utilização do método sintético.

Imagem 1: “Uma aula de leitura analítica”



ESCOLA MODELO DE FORTALEZA

Uma aula de leitura analítica, na 1.^a classe. — Por ocasião da inauguração oficial desta escola, tres mezes depois de sua instalação, já muitos alumnos que haviam sido matriculados analphabetos sabiam ler corretamente. A leitura analítica é hoje empregada em todos os grupos de Fortaleza e nos grupos ultimamente installados no interior do Ceará.

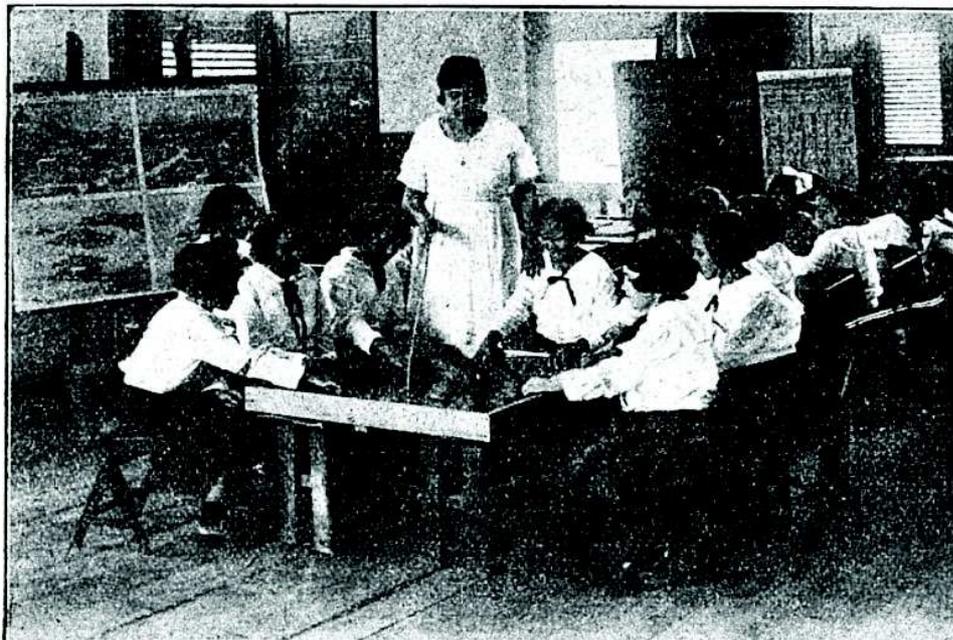
CRAVEIRO, Newton. A evolução do ensino no Ceará e a reforma de 1922. *Revista Nacional*. São Paulo: Melhoramentos, ano II, n. 1, 1923, p. 431.

Cabe lembrar que a Escola Nova, no Brasil – implementada através de reformas educacionais como a Reforma Dória (SP, 1920), a Reforma Serpa (CE, 1922) e a Reforma Francisco Campos (MG, 1927) – teve características diferentes daquelas preconizadas pelo *Progressive-Education Movement* na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil foram mantidos alguns aspectos essenciais do movimento, como a ênfase na aprendizagem pela prática (tanto manual quanto experimental), o destaque à seleção de conteúdos referentes a necessidades da sociedade e a aprendizagem por projetos. É importante considerar que tais inovações chegaram primeiro à educação pública, enquanto o ensino privado, majoritariamente de caráter confessional,

permanecia conectado ao que se convencionou chamar de “tendência tradicional”, conforme destaca Kulesza (2002, p. 2). No Brasil não foi implementado, no entanto, um currículo integrado, tampouco um ensino personalizado, que levasse em consideração habilidades e metas pessoais. Programas menos rígidos, desenvolvimento emocional dos educandos e disciplina mais flexível também são aspectos que não foram contemplados.

Na Europa, o movimento progressista se instalava em contraposição a um modelo educacional já relativamente consolidado. O Brasil dos anos 1920, por outro lado, era um país majoritariamente rural, em que a educação primária estava longe de ser universalizada. Havia, além disso, poucos professores qualificados, de fato, para o magistério. A aplicação de novos métodos e teorias sofreram, por isso, “forte influência de práticas tradicionais, sob as quais haviam sido alfabetizados – e ligeiramente formados – os profissionais que atuavam no ensino primário” (SILVA, 2019, p. 47). Por fim, os materiais indicados para uso em sala de aula se mostravam inacessíveis ao poder público. Em entrevista concedida à Revista Nacional em 1923, Lourenço Filho afirmou que o Ceará investia, então, quase um quinto de suas rendas na educação, enquanto em outros estados da federação a média era de três por cento. (LOURENÇO FILHO, 1923, p. 473). Apesar disso, como se pode notar, os esforços não foram suficientes para universalizar e renovar o ensino primário.

Imagem 2: “Uma aula de geografia”



Uma aula de geographia no 2.º anno da Escola Modelo de Fortaleza, fazendo-se uso do taboleiro de areia, para estudo dos accidentes, que as proprias creanças constróem, comparam, analysam e denominam.

CRAVEIRO, Newton. A evolução do ensino no Ceará e a reforma de 1922. **Revista Nacional**. São Paulo: Melhoramentos, ano II, n. 1, 1923, p. 435.

Embora o acesso a recursos didáticos, infraestrutura e pessoal capacitado fosse falho, as escolas conseguiam desenvolver sem maiores problemas algumas das atividades propostas pelo novo regulamento. No que concerne à “Festa das Árvores”, por exemplo o documento dizia que seria realizada sempre no primeiro sábado do mês de maio, constando “do plantio de árvores úteis, realizado por um grupo dos alunos mais distintos”. Além disso, os professores teriam um importante papel, explicando “o fim da festa, que é o de despertar, nos brasileiros, a compreensão da riqueza das florestas e do benefício que as plantas trazem” (VIEIRA; FARIAS; 2006, p. 184). Por fim, as crianças cantariam o “Hino das Árvores”. Além de ser um momento importante para apresentar a escola à comunidade, a “Festa das Árvores” pretendia discutir, no Ceará, aspectos locais, como a seca. Segundo Lourenço Filho,

Não bastassem essas razões, que tornam a ideia do culto às árvores perfeitamente necessária em qualquer região do mundo, acrescia, agora, que a defesa das árvores, no Ceará, é a própria defesa da vida. Nas épocas de calamidade, são ainda certas árvores, como o juazeiro, o último apelo do criador desesperado. O reflorestamento, rentado em grande escala, poderia vir a ter, também, uma influência benéfica sobre o clima, em geral, melhorando as condições gerais da

vida, impulsionando a riqueza, trazendo a prosperidade do Estado.
(LOURENÇO FILHO, 1924, p. 1-2)

Imagem 3: “Brincadeira da lavoura”



FESTA DAS ARVORES

O «brinquedo da lavoura» realizado na Escola Modelo de Fortaleza, por ocasião da Festa das Árvores, levada a efeito em todo o Ceará, em Maio deste ano, e tornada obrigatória pela reforma do ensino.

CRAVEIRO, Newton. A evolução do ensino no Ceará e a reforma de 1922. **Revista Nacional**. São Paulo: Melhoramentos, ano II, n. 1, 1923, p. 427.

Com efeito, a preocupação com temas locais, especialmente aqueles ligados ao ambiente e a questões rurais, apareceria também no livro didático elaborado por Newton Craveiro, intitulado “João Pergunta” e prefaciado por Lourenço Filho. João Pergunta alcançou ampla circulação, sendo adotado, em 1928, como leitura obrigatória na rede pública de diversos estados. 1928, no entanto, foi também o ano em que o sobralense Moreira da Rocha deixou o governo estadual. O fato teve, aparentemente, impacto sobre a reforma, sobre os investimentos em educação no município e, conseqüentemente, sobre a percepção da população local sobre o ensino primário da cidade.

A resistência da “escola velha”

Em 1929 as opiniões sobre a Escola Nova em Sobral já não eram lisonjeiras. Em julho daquele ano, o periódico *A Ordem* anunciava que “com a ausência de Lourenço Filho, o grande mestre paulista, que tanto brilho deu ao problema do ensino no Ceará, começamos a retroceder, palmilhando, de regresso, o caminho” (ABRAM-SE..., 1929, p. 1) e acrescentava, por outro lado,

que o bispado local projetava naquele momento a criação de um grande edifício dedicado ao ensino secundário (católico). Importante ressaltar que as discussões sobre educação, naquele momento, opunham dois grupos: de um lado, “a educação laica (liberais) e de outro, a educação tradicional (conservadores)” (ALVES; MOTA, 2010, p. 85). O jornal indicava, portanto, o retrocesso do ensino laico e público e o avanço das escolas católicas.

Apesar das sempre frequentes insinuações sobre a qualidade da educação católica e/ou privada, diversos jornais cearenses mencionavam também, ao longo desse período, o tratamento cuidadoso que o novo diretor da instrução pública, Joaquim Moreira de Souza daria à Reforma Serpa. O professor Euclides Cesar escreveria, em sua coluna *Florilégios*, do jornal fortalezense *A Razão* que:

Dr. J. Moreira de Souza é

Incansável. Nada o demove do nobre intuito de satisfazer a todas as exigências concernentes da instrução, que encontrou nele um continuador da grande cruzada iniciada por Lourenço Filho, no governo Serpa. Só num ponto não podemos estar de acordo é justamente no que diz respeito à imediata adaptabilidade do ensino profissional. Ao meu ver, esse ensino prefere qualquer outro, é a condição *sine qua*, mesmo que fosse ministrado por técnicos analfabetos. Porque assim? Porque entendemos que o Brasil deve o seu progresso e a sua economia, mais aos iletrados, aos camponeses honrados e silenciosos, aos humildes homens do trabalho, de índole bondosa e ordeira, do que aos letrados, deglutidores de doutrinas siamescas que pleiteiam a solução da baboseira bolchevística (sic) e outros planos políticos, convináveis apenas a cada país onde se originam. O analfabeto é a abelha silenciosa do progresso. (CESAR, 1929, p. 2)

Cesar pensava na educação como um importante fator de desenvolvimento. Defendia, inclusive, o novo reformador. Afirmava, no entanto, uma opinião recorrente entre as elites econômicas nacionais: a de que o ensino profissional seria preferível à educação básica regular quando se tratasse das camadas mais pobres da população, criticando, ainda, as “baboseiras bolchevistas” em que supostamente acreditavam os letrados. Alguns sobralenses divergiam, no entanto. De acordo com artigo publicado, também em 1929, no jornal *A Ordem*, o ensino público, antes tão laureado, já não se encontrava em boas mãos:

Pobre Instrução Pública. Quem te viu e quem te vê [...]. Fostes a menina elegante, bem encadernada dos pés à cabeça, *chic*, perfumada, cabelos *à garçonne*, sobrancelhas finas, sapatinhos a Luiz XV, saias curtas, colantes, meias de seda Tosca, transparentes, deixando adivinhas através da tecelagem delicada, primorosas maravilhas de linhas curvas [...]. Que te resta daquele esplendor dos afastados dias de Lourenço Filho, o paulistinha que te cercava de mimos, de *toilettes* novas, de joias caras; aquele que, como um namorado obcecado, consagrava a ti as carícias mais raras, o *flirt* mais inédito? [...] Perdeste nas mãos de teus novos senhores todo aquele esplendor de outros tempos: a graça, o

encanto e, desculpa-nos, até a decência [...]. Naquele tempo eras respeitada. Todos te rendiam honras. Hoje, não tens honra alguma. Os teus bofes estão ruídos pelo vírus da politicagem [...]. (POBRE..., 1929, p. 1)

O articulista associava a educação primária à imagem de uma mulher que, abandonada pelo seu destacado amante, agora vivia sob os cuidados de um beerrão. Embora menos incisivo, o jornal fortalezense *A Razão* também levantava críticas à educação pública primária, afirmando que “continua a faltar tudo, porque lhe falta material escolar suficiente e não existe, nem pode existir, entusiasmo da parte de um professorado miseravelmente pago, que mal ganha para comer.” (A MENSAGEM..., 1930, p. 1).

Em 1931, o escritor cearense Joaquim Alves, membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará, fazia, também no jornal *A Razão*, um exame do ensino primário desde 1922 até aquele período, afirmando que na década de 1930 ainda permanecia hegemônica, entre os professores, a ideia de que “o cérebro infantil é o aparelho receptor, onde se gravam as lições rudimentares do a b c e as primeiras noções de gramática e aritmética”. Explicava que as professoras, no entanto, não permaneciam reproduzindo técnicas antigas apenas por desinteresse ou desconhecimento, considerando que “não podem, as mestras sertanejas, com vencimentos que mal satisfazem as necessidades da vida, comprar compêndios de pedagogia onde possam acompanhar o desenvolvimento das modernas doutrinas [...]”. Questionava: “as reformas sociais que não correspondem a cultura do povo não alcançam a sua finalidade. Está o nosso povo em condições de adotar, em sua organização escolar, o ensino ativo?”. Essa crítica não teria surpreendido Lourenço Filho. O educador paulista afirmaria, em carta ao diretor da Escola Normal do Ceará, João Hippolyto de Azevedo e Sá, que o método Decroly seria mais adequado às escolas brasileiras naquele momento, enquanto a “escola ativa” seria uma proposta mais avançada, envolvendo “transformações de tal monta que Lourenço as desaconselhava”. Na mesma missiva, Lourenço Filho explicava que seu objetivo no Ceará havia sido promover uma “mais perfeita significação social da escola”, bem como sua “adaptação ao meio físico e social”, acrescentando ainda “uma composição mais perfeita das classes, pelo exame mental das crianças e pelos testes” (CARVALHO, 2000, p. 116).

Em outra carta, enviada a Moreira de Souza, Lourenço afirmava que a reforma de 1922 deixara no Ceará “os germens do ensino ativo”, configurando, no mínimo, um ensino intuitivo, que seria um primeiro passo para a implantação posterior de um ensino ativo de fato. Lourenço Filho deixava claro, em tais cartas, que a “escola ativa” constituía apenas um capítulo da Escola

Nova, que envolvia adaptação das crianças ao meio, socialização do trabalho escolar e outros elementos. Para o educador paulista, no Brasil, havia somente uma genuína experiência de escola ativa: a do Colégio Rio Branco (privado), em São Paulo. No Ceará, por outro lado, o experimento de Moreira Souza, que pretendeu implantar o mesmo tipo de proposta nas escolas públicas, teria sido precipitado, inclusive porque os professores locais não recebiam gordos ordenados e não podiam adquirir livros. Segundo Lourenço Filho, “a escola ativa exige mestres muito cultos, muito capazes, com espírito criador, com penetração psicológica. Senão é substituir uma rotina por outra” (CARVALHO, 2000, p. 117). Joaquim Alves, portanto, não estava inteiramente errado em seu diagnóstico:

Falhou no interior, a ESCOLA NOVA, que tem como principal objetivo dar ao aluno plena autonomia, transformando o professor num guia intelectual das suas aptidões profissionais [...]. A monotonia da vida rural impede, nas crianças, o desenvolvimento das faculdades preceptoras que se relacionam com o quadro limitado do interesse infantil, dentro da vida doméstica. As nossas condições socioeconômicas não podem se equiparar às de S. Paulo [...]. A razão principal do afastamento das crianças do ensino primário é o pauperismo dominante nas classes proletárias, urbanas e rurais, as quais fornecem o maior coeficiente de alunos para as primeiras letras. [...] Mesmo alguns pais ricos [...] não dispensam a cooperação dos filhos menores nos afazeres agropastoris. É um aspecto social que revela o grau de cultura das populações do interior. Que interesse pela escola e suas vantagens pode ter um menino que, desde cedo, tem responsabilidades e deveres a cumprir? Deve-se difundir o ensino primário, procurando melhorar as condições da população infantil, que está apta a ser alfabetizada, amparando-a com leis sanitárias que protejam o desenvolvimento físico e determinem o combate às endemias regionais, causa do empobrecimento orgânico do sertanejo. (ALVES, 1931, p. 4)

Alves não se deteve a discutir a formação dos professores: destacou a importância de levar em consideração as condições sociais dos alunos. Notou, ainda, que persistiam, após quase dez anos da reforma, as práticas de memorização e decoração, em detrimento do método intuitivo, da observação e da experimentação. O problema da alfabetização infantil esbarrava, portanto, na formação dos educadores; nas deficiências econômicas e administrativas do Ceará e, por fim, nas condições sociais das crianças que, em sua pobreza, eram obrigadas a trabalhar ou, ainda, impedidas de ir às escolas por famílias que pouco valorizavam o acesso à educação. É importante considerar, no entanto, que essas dificuldades não eram exclusivas do Ceará. Ana Maria Cavaliere indica que a Reforma Sampaio Dória, em São Paulo, também superestimou a “[...] possibilidade de superar, num espaço curto de tempo, fatores socioculturais como a ainda fraca demanda da população pela escolarização e a dispersão da população rural” (CAVALIERE, 2003, p. 38).

Considerações finais

É importante situar este estudo na fronteira entre a História Intelectual e a Nova História Política, na medida em que discute as ideias de um membro de certa elite intelectual que viria a ser responsável por políticas públicas para a educação durante os anos 1920 e 1930 no Brasil. A História Intelectual, conforme Vieira, “investe na análise dos processos de produção, circulação e recepção das ideias e dos discursos científicos, políticos, pedagógicos ou artísticos” (2008, p. 80).

A reforma da educação promovida por Lourenço Filho, embora estivesse fortemente comprometida com a democratização do acesso para as crianças de 7 a 12 anos e incorporasse métodos que poderiam trazer avanços qualitativos à aprendizagem, não poderia se consolidar efetivamente num estado – e num país – tão desigual. A fome, a pobreza, as longas distâncias a percorrer até a escola, a necessidade de trabalhar, a falta de interesse e de valorização da educação pelas famílias eram empecilhos para as crianças. Os baixos salários dos professores, bem como a falta de preparo profissional para atuação nas instituições escolares também prejudicavam o processo. Todos esses aspectos foram observados com maior ou menor acuidade pelos articulistas dos jornais do Ceará, especialmente os de Sobral.

Além dos impasses socioculturais que impediam, naquele período, o acesso universal à educação primária, a Escola Nova se deparou com obstáculos à implementação do método ativo, pois os reformadores pretendiam, ao mesmo tempo, inaugurar uma educação pública de massa e atacar a orientação intelectualizante e abstrata de então, investindo em uma prática que privilegiasse a realização dos potenciais individuais dos estudantes. A falta de recursos e o desinteresse dos entes públicos pelo tema da educação inviabilizavam, no entanto, a aquisição de infraestrutura e materiais didáticos para que os novos métodos fossem implementados.

Embora os reformadores pregassem um ensino personalizado e focado nas habilidades dos alunos, o ideal de democratização se transformou, a curto prazo – principalmente nas escolas da capital, mas também nas do interior – num processo de massificação, em que salas com grande quantidade de estudantes não poderiam funcionar como espaços para uma educação muito diferente da tendência tradicional, comumente expositiva e focada na autoridade do professor. Pode-se perceber que o ensino ativo não poderia, assim, ser bem-sucedido no experimento do município de Sobral ou mesmo em outros municípios pobres do país. Cabe reconhecer, no entanto, o mérito da reforma por ter conseguido levar às escolas um número considerável de crianças ignoradas, até então, pelo poder público.

Referências bibliográficas:

- A BRIGADA da instrução. **A Ordem**. Sobral, 17 de outubro de 1923, p. 1.
- A DIRETORIA da instrução pública restaura a escola de Cariré e cria uma escola no Estreito. **A Ordem**. Sobral, 16 de março de 1923, p. 1.
- A MENSAGEM do sr. Matos Peixoto. **A Razão**. Fortaleza, 9 de julho de 1930, p. 1.
- A REFORMA do ensino. **A Ordem**. Sobral, 9 de fevereiro de 1923, p. 1.
- A REFORMA do ensino. **A Ordem**. Sobral, 11 de agosto de 1924, p. 13.
- ABRAM-SE novos horizontes. **A Ordem**. Sobral, 10 de julho de 1929, p. 1.
- ALMEIDA, Jane Maria Fernandes de. **A reforma da instrução pública do Ceará de 1922: as diretrizes da política educacional de Justiniano Serpa**. 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- ALVES, Aline Monteiro; MOTA, Francisco Alencar. Newton Craveiro e o movimento da Escola Nova em Sobral/CE. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, CE, n. 1, p. 72-88, 2010.
- ALVES, Joaquim. O ensino primário nos sertões. **A Razão**. 28 de novembro de 1931, p. 4.
- ASSUNTO do dia – A Reforma do ensino primário. **A Ordem**. Sobral, 15 de setembro de 1922, p. 1.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade Pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP. p. 111-120, no.1, jan./mar. 2000.
- CAVALIERE, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, n.1, p. 27-44, jan./jun. 2003.
- CESAR, Euclides. Florilegio. **A Razão**. Fortaleza, 10 de julho de 1929, p. 2.
- CRAVEIRO, Newton. A leitura analytica – os efeitos da sua introdução em nosso meio. **A Lucta**. Sobral, 1 de maio de 1924, p. 1.
- ESTATÍSTICA Geral do Ensino em 1922. **Revista Nacional**. São Paulo, n. 7, p. 468-469, 1923.
- GONDIM, G. Catunda. Instrução e justiça. **A Lucta**. Sobral, 21 de outubro de 1922, p. 1.
- GRUPO escolar de Crateús. **A Ordem**. Sobral, 1923, p. 4.
- KULESZA, Wojciech Andzej. Genealogia da Escola Nova no Brasil. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Natal, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3155.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2019.
- HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. **As conferências educacionais: projetos para a nação e a modernidade pedagógica nos anos de 1920 - Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Educação). – Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. O ensino no Ceará. **Revista Nacional**. São Paulo, SP, n. 7, p. 470-475, 1923.
- _____. Por que se faz a Festa das Árvores. **A Lucta**. Sobral, 4 de junho de 1924, p. 1-2.
- _____. A educação, problema nacional. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, RJ, n. 1, p. 7-28, 1944.

MONARCHA, Carlos. **Brasil Arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, n. 44, p. 329-341, 2010.

O ENSINO. **A Lucta**. Sobral, 29 de julho de 1922, p. 1.

OLIVEIRA, Ataliba de. Problemas da Instrução pública. **Correio Paulistano**. São Paulo, 22 de janeiro de 1938, p. 5.

POBRE instrução pública. **A Ordem**. Sobral, 30 de outubro de 1929, p. 1.

SILVA, Amanda Teixeira da. Um projeto de educação para o sertão: princípios da Escola ova no Ceará. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju, SE, n. 2, p. 47-54, 2019.

UM APELLO a família sobralense. **A Lucta**. 28 de fevereiro de 1923, Sobral, p. 2.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 16, p. 63-85, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.